

Assunto: Orientações acerca da realização das provas

Prezados candidatos,

A prova terá duração de 4 (quatro) horas, nelas computado o prazo para a realização das provas objetiva e discursiva, incluindo a marcação do cartão de resposta.

A prova objetiva contém 60 (sessenta) questões para análise e marcação entre as opções **CERTO** e **ERRADO**, de acordo com o conteúdo previsto no Edital.

No caderno de respostas, marcar com um **X** a questão.

Exemplo:

Questão	CERTO	ERRADO
0	x	

Cada questão objetiva vale 0,5 (meio) ponto, de modo que a pontuação máxima da prova objetiva corresponde a **30 (trinta) pontos**.

A prova discursiva vale **70 (setenta) pontos**, de forma que a soma da pontuação máxima total será de **100 (cem)** pontos possíveis.

Na prova discursiva faça o que se pede, de modo bastante objetivo, usando os espaços indicados no presente caderno, isto é, deverão ser respondidas em no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) linhas para cada resposta.

Escreva apenas nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.

Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.

Identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.

Na prova discursiva serão avaliados o domínio do conteúdo, (organização das ideias em texto estruturado), a apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafo) e estrutura textual) e o uso correto do vernáculo.

O gabarito provisório das questões objetivas e o espelho de correção da questão discursiva será afixado na sede da DPU/RO e divulgado no site www.dpu.gov.br e www.ciee.org.br na data provável de 20/05/2019.

Boa sorte!



PROVA OBJETIVA

Nome: _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo somente em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.

CERTO () ERRADO ()

2. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

CERTO () ERRADO ()

3. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

CERTO () ERRADO ()

4. Segundo a Constituição Federal de 1988, incumbe a Defensoria Pública a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CERTO () ERRADO ()

5. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, deve observar, entre outros princípios, a redução das desigualdades regionais e sociais.

CERTO () ERRADO ()

6. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, apenas a propriedade produtiva.

CERTO () ERRADO ()

7. O sistema único de saúde possui como diretriz a centralização, com direção única em cada esfera de governo

CERTO () ERRADO ()

8. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.

CERTO () ERRADO ()

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. É lícita a avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

CERTO () ERRADO ()

10. Somente bens imóveis de valor histórico e cultural brasileiro são passíveis de tombamento, sendo essa modalidade de intervenção restritiva ao uso da propriedade

CERTO () ERRADO ()

11. Em sentido objetivo, administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa de forma a balizar a execução da função administrativa

CERTO () ERRADO ()

12. São elementos do ato administrativo competência, forma, finalidade, motivo e objeto.

CERTO () ERRADO ()

13. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

CERTO () ERRADO ()

14. Consideram-se bens públicos dominicais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real, tais como os edifícios destinados ao estabelecimento da administração pública.

CERTO () ERRADO ()

15. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CERTO () ERRADO ()

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Nos termos do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo nos casos de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

CERTO () ERRADO ()

17. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

CERTO () ERRADO ()

18. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

CERTO () ERRADO ()

19. À luz do princípio do contraditório, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, ainda que se trate de tutela provisória de urgência.

CERTO () ERRADO ()

20. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

CERTO () ERRADO ()

21. O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade.

CERTO () ERRADO ()

22. No sistema processual brasileiro, a curatela especial é exercida pelo Ministério Público.

CERTO () ERRADO ()

23. A concessão de gratuidade da justiça não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

CERTO () ERRADO ()

24. Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.

CERTO () ERRADO ()

25. A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

CERTO () ERRADO ()

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

26. Os direitos reais sobre imóveis são considerados igualmente imóveis para os efeitos legais.

CERTO () ERRADO ()

27. Em relação aos bens imóveis públicos, é correto afirmar que são imprescritíveis (não podem ser usucapidos), mas sua ocupação pode configurar posse em relação ao Poder Público e, quando de boa-fé, é possível que o particular possuidor tenha direito à indenização por benfeitorias.

CERTO () ERRADO ()

28. A boa-fé objetiva é um princípio do Direito das Obrigações e dos Contratos, orientando a interpretação dos negócios jurídicos, criando deveres anexos relacionados à cooperação na relação jurídica, mas sem o condão de obstar o abuso do direito.

CERTO () ERRADO ()

29. O pagamento feito reiteradamente em local diverso daquele que consta no contrato faz presumir a renúncia do credor quanto a este aspecto da obrigação.

CERTO () ERRADO ()

30. Por se tratar de norma de Direito Administrativo, a adequada e eficaz prestação do serviço público em geral não consta no rol de direitos básicos do consumidor (art. 6º, Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC).

CERTO () ERRADO ()

DIREITO PENAL

31. Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação

CERTO () ERRADO ()

32. De acordo com o STJ, a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

CERTO () ERRADO ()

33. A reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

CERTO () ERRADO ()

34. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem constitui crime de corrupção ativa.

CERTO () ERRADO ()

35. O crime de peculato culposo é previsto expressamente no código penal.

CERTO () ERRADO ()

36. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade.

CERTO () ERRADO ()

37. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data do trânsito em julgado, maior de 70 (setenta) anos.

CERTO () ERRADO ()

38. O Código Penal (DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940) determina que o curso da prescrição se interrompe pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
CERTO () ERRADO ()

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
CERTO () ERRADO ()
40. Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional
CERTO () ERRADO ()
41. A constituição de defensor depende de instrumento de mandato, mesmo que o acusado indique por ocasião do interrogatório.
CERTO () ERRADO ()
42. De acordo com o CPP, em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz de ofício.
CERTO () ERRADO ()
43. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos
CERTO () ERRADO ()
44. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
CERTO () ERRADO ()
45. No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
CERTO () ERRADO ()

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

46. Segundo consta na CRFB/1988, a Defensoria Pública é uma instituição cuja função é apenas a tutela de interesses individuais, no âmbito judicial, exercendo o papel da advocacia para pessoas sem recursos para pagar advogados privados.

CERTO () ERRADO ()

47. A garantia da independência funcional é princípio institucional da Defensoria Pública.

CERTO () ERRADO ()

48. Dentre as prerrogativas dos membros da Defensoria Pública da União, há o poder de requisição de informações, esclarecimentos e medidas, passível de ser exercido em face do Poder Público e de particulares.

CERTO () ERRADO ()

49. O prazo em dobro e a intimação pessoal são prerrogativas que apenas se aplicam aos processos judiciais, e não aos processos administrativos.

CERTO () ERRADO ()

50. Em relação ao Sistema Penitenciário Federal (SPF) e às Penitenciárias Federais, tem a Defensoria Pública da União que agendar o atendimento com presos previamente, sob pena de somente ser permitido o atendimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

CERTO () ERRADO ()

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

51. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação, à previdência e à assistência social.

CERTO () ERRADO ()

52. São objetivos da seguridade social a universalidade da cobertura e do atendimento; a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços; a irredutibilidade do valor dos benefícios; a equidade na forma de participação no custeio; a diversidade da base de financiamento; e o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

CERTO () ERRADO ()

53. É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

CERTO () ERRADO ()

54. Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, com a utilização de até 30 empregados permanentes.

CERTO () ERRADO ()

55. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, para os quais a dependência econômica é presumida.

CERTO () ERRADO ()

56. A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.

CERTO () ERRADO ()

57. Aplica-se o parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), por analogia, a pedido de benefício assistencial feito por pessoa com deficiência a fim de que benefício previdenciário recebido por idoso, no valor de um salário mínimo, não seja computado no cálculo da renda per capita prevista no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93.

CERTO () ERRADO ()

58. Período de carência é o número mínimo de tempo indispensável para que o beneficiário faça jus ao benefício, considerado a partir do transcurso do primeiro dia de suas competências.

CERTO () ERRADO ()

59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido em lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

CERTO () ERRADO ()

60. O filho maior de 21 anos, desde que esteja cursando o ensino superior, tem direito à pensão por morte.

CERTO () ERRADO ()



CADERNO DE RESPOSTAS - QUESTÕES OBJETIVAS

Nome: _____

Questão	CERTO	ERRADO	Questão	CERTO	ERRADO
1			31		
2			32		
3			33		
4			34		
5			35		
6			36		
7			37		
8			38		
9			39		
10			40		
11			41		
12			42		
13			43		
14			44		
15			45		
16			46		
17			47		
18			48		
19			49		
20			50		
21			51		
22			52		
23			53		
24			54		
25			55		
26			56		
27			57		
28			58		
29			59		
30			60		

PROVA DISCURSIVA

Nome: _____

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

1. Sobre os direitos fundamentais, responda:

Serão avaliados, com muito mais preponderância, o correto uso do vernáculo e a capacidade de argumentação.

- a) A proibição ao retrocesso pode ser considerada uma característica dos direitos fundamentais? Explique.
- b) O que significa a eficácia vertical e eficácia horizontal dos direitos fundamentais?
- c) O que seria o conteúdo essencial dos direitos fundamentais?

DIREITO CIVIL, DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2. Leia, Caso concreto:

Em atendimento inicial na Unidade da Defensoria Pública da União em Rondônia, o assistido, representando sua comunidade, comunica a existência de uma sentença em ação possessória proposta por um particular contra todos os membros que residem em área pública (bem imóvel público) há anos, não regularizada. Percebe-se que a coletividade é composta por grande número de pessoas em situação de hipossuficiência econômica, que não contou com representação processual durante o curso do processo (alguns membros da comunidade foram citados pessoalmente, enquanto outros foram citados por edital) e, agora, é ameaçada com a sentença desfavorável que contém ordem de desocupação, sob pena de uso de coerção policial, concedida em sede de tutela provisória.

Diante desta situação, responda aos itens seguintes em forma de texto corrido, respeitando-se na ordem das respostas a ordem das perguntas.

Serão avaliados, com muito mais preponderância, o correto uso do vernáculo e a capacidade de argumentação.

- a) Qual é o recurso cabível e em que prazo deve ser interposto? Este recurso teria efeito suspensivo automático em relação à tutela provisória deferida na sentença?
- b) Diante do que se expôs no enunciado, pode-se dizer que a sentença é nula por não ter sido a Defensoria Pública da União intimada para intervir?
- c) O fato de a área ser pública impede que particulares discutam a existência da posse entre si?
- d) De acordo com a lei, quem é considerado possuidor?
- e) A permissão ou tolerância do proprietário quanto á permanência de pessoas numa determinada área caracteriza a posse?
- f) O que se entende por função social da propriedade?

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 3. A quem compete processar e julgar o crime de contrabando interno e com transnacionalidade? E o tráfico interno e com transnacionalidade? Justifique.

Serão avaliados, com muito mais preponderância, o correto uso do vernáculo e a capacidade de argumentação.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

- 4. A respeito do Benefício de Prestação Continuada (BPC – LOAS), responda aos itens seguintes em forma de texto corrido, respeitando-se na ordem das respostas a ordem das perguntas.

Serão avaliados, com muito mais preponderância, o correto uso do vernáculo e a capacidade de argumentação.

- a) É necessário que a pessoa contribua ou tenha contribuído para a seguridade social a fim de que, observados os demais requisitos legais, receba o Benefício de Prestação Continuada? Justifique.
- b) De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e com o que prevê o §2º do art. 20 da legislação, exige-se a incapacidade absoluta de pessoa com deficiência para concessão do Benefício de Prestação Continuada? Justifique.
- c) À luz do entendimento dos Tribunais Superiores, o critério legal do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93, utilizado para caracterizar a situação de miserabilidade, é absoluto? Justifique.

